FERNANDO VERNICE DOS ANJOS

**SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL E
MEDIDAS CONTRASSELETIVAS
NO ÂMBITO DA TEORIA DA
DETERMINAÇÃO DA PENA**

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADORA PROFESSORA ASSOCIADA

DRA. MARIÂNGELA GAMA DE MAGALHÃES GOMES

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

FERNANDO VERNICE DOS ANJOS

**SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL E
MEDIDAS CONTRASSELETIVAS
NO ÂMBITO DA TEORIA DA
DETERMINAÇÃO DA PENA**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Penal, sob a orientação da Professora Associada Doutora Mariângela Gama de Magalhães Gomes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Anjos, Fernando Vernice dos
Seletividade do sistema penal e medidas
contrasseletivas no âmbito da teoria da determinação
da pena ; Fernando Vernice dos Anjos ; orientadora
Mariângela Gama de Magalhães Gomes -- São Paulo,
2019.

277

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2019.

1. seletividade. 2. sistema penal. 3. teoria da
pena. 4. cálculo de pena. I. Gomes, Mariângela Gama
de Magalhães, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

O doutorado constitui o término de um ciclo de estudos iniciado no primeiro ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 2001, instituição para a qual deixo mais que o meu agradecimento: reconheço o meu pertencimento. As Arcadas do Largo de São Francisco fazem parte da minha vida de maneira indissociável e sempre farão. Mais do que nunca faz sentido a trova acadêmica escrita por Paulo Bonfim em homenagem ao sesquicentenário da Velha e sempre Nova Academia:

Memórias da São Francisco.

Que eu canto com emoção.

Em cada canto do Largo.

Eu largo meu coração!

Agradeço a todos os Professores das Arcadas que, de maneira generosa, compartilharam os seus conhecimentos ao longo desses anos. Faço expressa menção à minha orientadora, a ilustre Professora Mariângela Gama de Magalhães Gomes.

Gostaria também de externar a minha gratidão a outras duas instituições públicas fundamentais na minha formação: a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, instituição na qual atuei nos três anos iniciais de minha vida profissional, e o Ministério Público do Estado de São Paulo, instituição a qual tenho a felicidade de integrar.

Finalmente, gostaria de agradecer aos meus familiares, na figura dos meus pais José Cláudio e Maria Lúcia, e à minha esposa Diana, que sempre estiveram presentes nesse longo ciclo, que ora se fecha, com o depósito da tese de doutorado.

Fernando Vernice dos Anjos. Seletividade do sistema penal e medidas contrasseletivas no âmbito da teoria da determinação da pena. 2019. 277 páginas. Doutorado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo estudar a seletividade do sistema penal brasileiro e, sob um contexto de legitimação desse sistema, propor medidas contrasseletivas, com enfoque na área do cálculo de pena. Inicialmente é delimitado o conceito de seletividade no âmbito jurídico, definindo-a como diferenciação arbitrária, constitucionalmente inadmissível por configurar afronta ao princípio da igualdade. O estudo segue com a abordagem da criminalização primária e secundária, assim como com a relação das etapas de criminalização com a seletividade explícita e implícita do sistema penal. São estudados os dados empíricos da criminalização no Brasil e como eles comprovam a seletividade do sistema penal. São abordados discursos atuais de política criminal e como eles podem potencializar a seletividade do sistema penal. Focando-se no âmbito da teoria da determinação da pena, é feito um estudo de tal teoria no Brasil, analisando os diversos dispositivos legais que regem a temática na legislação brasileira. É destacado como a discricionariedade e a subjetividade do julgador nessa seara potencializam a seletividade no cálculo da pena. É ressaltada a ligação da seletividade no cálculo de pena com os conceitos de direito penal do autor e de periculosidade de imputáveis, que são catalisadores importantes da seletividade do sistema penal. Após o diagnóstico de seletividade do sistema penal, é feita uma defesa da legitimação desse sistema, por meio de medidas contrasseletivas. Tais medidas são definidas, assim como é explicado o seu funcionamento no âmbito da dogmática jurídica. Destaca-se a natureza de interpretação conforme o princípio da igualdade das medidas contrasseletivas. Após o desenvolvimento da ideia que a defesa do direito penal do fato é medida contrasseletiva fundamental, aplicável a qualquer área do direito penal, são estipuladas observações gerais contrasseletivas aplicáveis ao cálculo da pena. Finalmente, são estudadas medidas contrasseletivas específicas, no âmbito do cálculo da pena, focando-se nos momentos do cálculo mais sujeitos ao subjetivismo do intérprete, devido à abertura semântica dos preceitos legais. Tais momentos são a primeira fase do cálculo, a fixação do regime prisional e a substituição por penas alternativas à prisão.

Palavras chave:

Sistema penal - seletividade - etapas de criminalização - encarceramento - discursos de política criminal - cálculo da pena - direito penal do autor - periculosidade - medidas contrasseletivas - direito penal do fato - circunstâncias judiciais - modalidades de penas - regime prisional

Fernando Vernice dos Anjos. Criminal justice system selectivity and counter-selective measures under the theory of sentence determination. 2019. 277 pages. Doctorate - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

SUMMARY

The objective of this work is to study the selectivity of the Brazilian criminal justice system and to propose counter-selective measures focusing on the area of sentence determination, with a view to the legitimization of the criminal justice system. Initially, it defines the legal concept of selectivity as an arbitrary form of differentiation that is constitutionally inadmissible because it constitutes an affront to the principle of equality. The study then takes up the subject of primary and secondary criminalization and the relationship between the phases of criminalization and the explicit and implicit selectivity of the criminal justice system. It looks at empirical data on criminalization in Brazil that prove the selectivity of the criminal justice system and discusses current criminal policy initiatives that may increase the selectivity of the criminal justice system. It reviews the provisions on sentencing under Brazilian law in light of the theory of sentence determination, showing that a judge's discretion and subjectivity can increase selectivity in sentencing. It highlights the link between selectivity in sentencing and the concepts of criminal law of the offender and dangerousness of the imputable, which are important catalysts for the selectivity of the criminal justice system. After diagnosing the selectivity of the criminal justice system, it proposes legitimizing the system through counter-selective measures. It defines such measures and explains their operation under the legal framework, emphasizing the nature of counter-selective measures as interpretive techniques pursuant to the principle of equality. It goes on to develop the idea that the criminal law of the fact is a fundamental counter-selective measure applicable to all areas of criminal law, after which it sets out general counter-selective considerations applicable to sentencing. Finally, it looks into specific counter-selective measures within the scope of sentencing, focusing on the phases of sentencing that are most subject to the interpreter's subjectivism due to the interpretive openness of legal provisions. Such phases are the first phase of sentencing, the determination of the incarceration regime, and the substitution of alternative sentences for incarceration.

Key words:

Criminal justice system – Selectivity – Sentencing phases – Incarceration – Criminal policy discourses – Sentencing – Criminal law of the offender – Dangerousness - Counter-selective measures - Criminal law of the fact – Sentencing factors – Types of sentences – Incarceration regimes

Fernando Vernice dos Anjos. Selettività del sistema penale e misure controselettive nell'ambito della teoria della determinazione della pena. 2019. 277 pagine. Dottorato – Facoltà di Diritto, Università di San Paolo, 2019.

RIASSUNTO

Il lavoro ha come obiettivo studiare la selettività del sistema penale brasiliano e, in un contesto di legittimazione di questo sistema, proporre misure controselettive, con enfasi nell'area di calcolo della pena. Inizialmente è delimitato il concetto di selettività nell'ambito giuridico, definendola come differenziazione arbitraria, costituzionalmente inammissibile per configurare affronto al principio dell'uguaglianza. Lo studio prosegue con l'approccio alla criminalizzazione primaria e secondaria, come pure con la relazione delle tappe di criminalizzazione con la selettività esplicita e implicita del sistema penale. Sono studiati i dati empirici della criminalizzazione in Brasile e come essi comprovano la selettività del sistema penale. Sono esaminati discorsi attuali di politica criminale e come essi possono potenzializzare la selettività del sistema penale. Centrandosi nell'ambito della teoria della determinazione della pena, è fatto uno studio di tale teoria in Brasile, analizzando i diversi dispositivi legali che reggono la tematica nella legislazione brasiliana. È distaccato come la discrezionalità e la soggettività del giudice in questo campo potenzializzano la selettività del calcolo della pena. È posta in evidenza la connessione della selettività nel calcolo della pena con i concetti di diritto penale dell'autore e di pericolosità degli imputabili, che sono catalizzatori importanti della selettività del sistema penale. Dopo la diagnosi di selettività del sistema penale è fatta una difesa della legittimazione di questo sistema, per mezzo di misure controselettive. Tali misure sono definite, come pure è spiegato il loro funzionamento nell'ambito della dogmatica giuridica. Si distacca la natura di interpretazione conforme il principio dell'uguaglianza delle misure controselettive. Dopo lo sviluppo dell'idea che la difesa del diritto penale del fatto è misura controselettiva fondamentale, applicabile a qualunque area del diritto penale, sono stipulate osservazioni generali controselettive applicabili al calcolo della pena. Finalmente, sono studiate misure controselettive specifiche, nell'ambito del calcolo della pena, focalizzandosi nei momenti del calcolo più sottoposti al soggettivismo dell'interprete, dovuto all'apertura semantica dei precetti legali. Tali momenti sono la prima fase del calcolo, la fissazione del regime carcerario e la sostituzione con pene alternative alla prigione.

Parole chiave:

Sistema penale – selettività – tappe di criminalizzazione – incarceramento – discorsi di politica criminale – calcolo della pena – diritto penale dell'autore – pericolosità – misure controselettive – diritto penale del fatto – circostanze giudiziali – modalità di pene – regime carcerario

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	p.01
--------------------------------	-------------

1 - SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL

1.1. Conceito de seletividade	p.06
1.2. Seletividade explícita, implícita e etapas de criminalização	p.11
1.2.1. Seletividade explícita e criminalização primária	p.16
1.2.2. Seletividade implícita e criminalização secundária	p.20
1.3. Excurso: reação social, “labelling approach” e seletividade	p.28
1.4. Seletividade e índices brasileiros de prisionização	p.36
1.5. Excurso: criminalidade de “colarinho branco” e seletividade	p.43

2 - SELETIVIDADE E DISCURSOS POLÍTICOS CRIMINAIS ATUAIS

2. Delimitação da abordagem	p.50
2.1. Garantismo penal e teoria agnóstica da pena	p.50
2.2. Expansão e contenção do direito penal	p.72
2.3. Lei e ordem, “janelas quebradas” e tolerância zero	p.82
2.4. Política criminal atuarial	p.90

3 - TEORIA DA DETERMINAÇÃO DA PENA E SELETIVIDADE

- 3.1. Aspectos gerais da teoria da determinação da pena no direito brasileiro.....p.97**
- 3.2. Discricionariedade, subjetividade e seletividade no cálculo da pena.....p.123**
- 3.3. Excurso: direito penal do autor e periculosidade de imputáveis como herança do positivismo criminológico e seletividade.....p.132**

4 - MEDIDAS CONTRASSELETIVAS: ASPECTOS GERAIS

- 4.1. Entre o ceticismo e o realismo: medidas contrasseletivas como instrumento para um sistema penal mais justo.....p.142**
- 4.2. Maior efetivação possível do direito penal do fato.....p.149**
- 4.3. Observações gerais contrasseletivas no âmbito da teoria da pena.....p.154**
 - 4.3.1. A pena só pode ser modificada por razões objetivamente aferíveis.....p.154**
 - 4.3.2. O intérprete deve ser limitado para que suas convicções pessoais não deem vazão a vieses juridicamente inaceitáveis.....p.155**
 - 4.3.3. A ressocialização deve ser afastada do cálculo da pena.....p.156**

5 - MEDIDAS CONTRASSELETIVAS NO ÂMBITO DA TEORIA DA DETERMINAÇÃO DA PENA

- 5.1. Medidas contrasseletivas relativas à fixação do montante da pena.....p.161**
 - 5.1.1. Delimitação da culpabilidade no cálculo da pena.....p.162**
 - 5.1.1.1. Culpabilidade e culpabilidade pela vulnerabilidade.....p.173**
 - 5.1.2. Afastamento das circunstâncias “personalidade” e “conduta social”p.177**

5.1.3. Limitação das circunstâncias subjetivas “antecedentes” e “motivos do crime”	p.187
5.1.4. Valorização das circunstâncias objetivas “circunstâncias” e “consequências do crime”	p.196
5.1.5. Limitação da circunstância “comportamento da vítima”	p.205
5.1.6. Delimitação do montante do aumento e da diminuição nas primeira e segunda fases do cálculo	p.208
5.2. Medidas contrasseletivas referentes à fixação do regime prisional e à substituição ou não por pena(s) restritiva(s) de direitos e/ou multa	p.212
 <u>CONCLUSÕES</u>	p.228
 <u>BIBLIOGRAFIA</u>	p.232

SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL E MEDIDAS CONTRASSELETIVAS NO ÂMBITO DA TEORIA DA DETERMINAÇÃO DA PENA

INTRODUÇÃO

O sistema penal brasileiro é seletivo. Tal afirmação pode ser considerada, por muitos, um lugar comum na discussão teórica e prática do sistema punitivo vigente. Dificilmente se encontrará alguém que estude o sistema penal, ou mesmo que nele atue, que discorde dessa afirmação. Também se encontra certo consenso que a seletividade é essencialmente deletéria, por configurar uma afronta ao princípio da igualdade.

No entanto, o conceito do que é seletividade, sua constatação e determinação em termos objetivos, seu alcance no sistema penal brasileiro e as razões jurídicas para sua refutação, normalmente, não são aspectos devidamente delimitados e aprofundados pela doutrina. Tal situação faz com que o operador do sistema penal, mormente no plano da dogmática penal e processual penal, não tenha como claras as situações em que a seletividade se manifesta e não tenha fundamentação sólida para que possa se contrapor juridicamente em face dela.

Por outro lado, no âmbito da dogmática não se encontram medidas sistematizadas com o objetivo de minorar a seletividade do sistema penal. Apenas encontram-se medidas esparsas quando do estudo de institutos específicos, que podem ter efeito contrasseletivo (p. ex., dentre outros, a justificação de criminalização de lesões a bens difusos, o reconhecimento do princípio da insignificância, o estudo da coculpabilidade e da culpabilidade como vulnerabilidade social), mas não se encontram trabalhos que proponham, de maneira sistemática, medidas contrasseletivas com o objetivo de se contrapor à seletividade do sistema penal. Nesse contexto, o operador do direito ou tende a se conformar com a seletividade do sistema penal, ou defende sua completa ilegitimidade, tendo dificuldade teórica para defender a legitimidade do sistema penal sob uma ótica mais equilibrada, ao mesmo tempo não conformista e realista, buscando a efetivação do princípio da igualdade no âmbito penal.

Frise-se que se conformar com a seletividade significa ignorar que ela é uma afronta clara ao princípio da igualdade, além de não permitir que sejam pensados mecanismos para que ela seja, ao menos, minorada. Tal posição, portanto, não é juridicamente sustentável.

No plano doutrinário brasileiro, por sua vez, é mais comum a posição que, ao estudar a seletividade, a entende como razão suficiente para a deslegitimação do sistema penal. De fato, no Brasil a seletividade do sistema penal é usualmente analisada sob uma visão externa do sistema penal, geralmente conduzida por estudos sociológicos, com objetivo primordial de diagnosticar a seletividade do sistema penal, em contraposição ao mito jurídico de sua aplicação equânime. Já quando abordada por juristas e criminólogos, a seletividade é normalmente vista sob uma lógica criminológica crítica, como motivo incontornável para a deslegitimação do direito penal e do próprio sistema penal, sustentando ou sua abolição, ou sua revolucionária transformação, ou sua maior restrição possível.

Todavia, procurar substituir o sistema penal não impede que eventual substituto não venha a ser até mais seletivo que o sistema atual, sem as garantias que o diferencia de outras formas de controle social.

O presente trabalho busca contribuir para amenizar tais lacunas, *delimitando o que se entende por seletividade, delineando como ela se manifesta no sistema penal brasileiro* e, sob um marco de legitimidade do sistema penal, *estudando medidas contrasseletivas no âmbito do sistema vigente, com objetivo de minorar os efeitos da seletividade fática do sistema penal*, de forma a contribuir para um sistema punitivo mais justo, equânime e democrático, ressaltando-se que o sistema penal ideal, como a democracia, é sempre um projeto inacabado.

Essa parece ser a abordagem que melhor se coaduna com o atual contexto jurídico e social, no qual não se vislumbra qualquer possibilidade de se eliminar ou reduzir indiscriminadamente a órbita de atuação do sistema penal, que pode (e deve) ser direcionado para metas socialmente construtivas, visando à proteção dos direitos fundamentais, afrontados tanto pela prática de crimes quanto por eventual arbitrariedade estatal.

Pondera-se que é possível repensar todos os aspectos do sistema criminal, com abrangência na investigação e processo penal, teoria do delito e teoria da pena, com base em uma abordagem contrasseletiva. Todavia, o presente trabalho se delimitará a abordar a identificação, desenvolvimento e viabilidade de estratégias contrasseletivas no âmbito da teoria da pena, mais especificamente, no tocante à teoria da determinação da pena.

O foco proposto se justifica pelo fato de parecer ser possível, no âmbito da teoria da determinação da pena, o maior número de medidas contrasseletivas que podem ser tomadas sem que sejam necessárias mudanças legislativas, sobretudo no âmbito do direito penal, diante da abertura semântica dos preceitos legais que regem a determinação da pena, assim como diante da enorme seletividade fática que se encontra nessa seara.

Admite-se a importância de mudanças legislativas com objetivo de diminuir a seletividade do sistema penal, sendo certo que existem dispositivos penais e processuais penais claramente desigualitários no ordenamento vigente, que serão mencionados ao longo do trabalho. No entanto, o aprofundamento se dará a partir do paradigma do direito posto, onde o estudo a ser desenvolvido tende a ser mais fecundo.

O trabalho será dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo será inicialmente (tópico 1.1.) aprofundada a conceituação de seletividade como afronta ao princípio da igualdade, estruturando-se tal conceito juridicamente, com o objetivo de sua clara identificação e delimitação.

Em seguida (tópicos 1.2. a 1.2.2.), será analisado o modo que a seletividade se manifesta no sistema penal e serão abordadas hipóteses de tratamento seletivo no sistema penal brasileiro, nas duas fases de criminalização do sistema punitivo, quais sejam, incriminação em abstrato de condutas (criminalização primária) e incriminação em concreto de indivíduos, o que inclui a investigação, acusação e julgamento, assim como a execução penal (criminalização secundária).

Após tal abordagem, será feito um excursus sobre a “reação social, o *labelling approach* e a seletividade do sistema penal” (tópico 1.3.).

Seguindo o estudo (tópico 1.4.), será visto como a seletividade se reflete nos índices brasileiros de prisionização, verificando-se a super-representação dos segmentos

vulneráveis nos presídios. Por meio de excursão, será estudada a “criminalidade de colarinho branco” e sua sub-representação nas estatísticas criminais (tópico 1.5.).

No segundo capítulo, será feita uma abordagem de como determinados discursos políticos criminais atuais alimentam a seletividade do sistema penal. Após a delimitação da abordagem (tópico 2.1.), serão abordados o “garantismo penal e teoria agnóstica da pena” (tópico 2.2.), a “expansão e contenção do direito penal” (tópico 2.3.), “lei e ordem, janelas quebradas e tolerância zero” (tópico 2.4.) e a “política criminal atuarial” (tópico 2.5.).

O terceiro capítulo será destinado ao estudo da teoria da determinação da pena e da seletividade existente nessa seara. Primeiramente (tópico 3.1.), serão abordados os aspectos gerais da teoria da determinação da pena no direito brasileiro, passando (tópico 3.2.) para a análise do subjetivismo na aplicação da pena e como ele alimenta a seletividade do sistema penal.

Em continuidade (tópico 3.3.) será feito um excursão sobre o direito penal do autor e a periculosidade de imputáveis como herança do positivismo criminológico e sua relação com a seletividade do sistema penal brasileiro.

O quarto capítulo se iniciará (tópico 4.1.) com o desenvolvimento da ideia de legitimação do sistema penal por meio da proposta de medidas contrasseletivas como instrumento para um sistema penal mais justo. Será determinado o que se entende por medidas contrasseletivas no presente trabalho, diferenciando-se tal instrumental teórico de um conceito muito amplo de medida contrasseletiva, que poderia ser entendida como qualquer medida apta a diminuir a seletividade do sistema penal. Tratando-se de uma tese na área do direito, será delimitado um conceito mais restrito de medida contrasseletiva, operacional ao estudo dogmático jurídico objeto do presente trabalho.

O que se propõe, em resumo, quando se sustenta a aplicação de medidas contrasseletivas no âmbito da dogmática jurídica, é o seguinte: identificação de catalisadores legais que permitem a seletividade e a propositura de medidas jurídicas que consistem: 1) na interpretação de tais catalisadores de modo a afastar a diferenciação arbitrária da aplicação prática, quando possível tal interpretação, ou 2) na sustentação da

inconstitucionalidade de tais dispositivos legais catalisadores da seletividade, por afronta ao princípio da igualdade, quando impossível uma interpretação juridicamente sustentável.

Também será sustentada (tópico 4.2.) a maior efetivação possível do direito penal do fato como norte teórico para qualquer medida contrasseletiva, e serão expostas observações gerais no tocante à teoria da pena (tópico 4.3. a 4.3.3.).

No quinto capítulo, será abordada a questão relativa à adoção de medidas contrasseletivas no tocante à fixação do montante da pena (tópicos 5.1. a 5.1.5.), tendo como principal base legal os elementos do artigo 59, “caput”, do Código Penal (circunstâncias judiciais - 1ª fase do cálculo de pena), cuja abertura semântica permite interpretações bastante seletivas. Também será feita uma aproximação à questão referente ao montante do aumento e da diminuição nas primeira e segunda fases do cálculo de pena (tópico 5.1.6.). Frise-se que objetivo não é explicar pormenorizadamente os institutos, mas sim delimitá-los e explicar como pode ser feita uma releitura contrasseletiva na aplicação prática.

Na mesma toada (tópico 5.2.), serão estudadas medidas contrasseletivas referentes à fixação do regime prisional e à substituição ou não por pena(s) restritiva(s) de direitos e/ou multa, abordando-se os dispositivos legais pertinentes e objetivando uma leitura contrasseletiva.

Em suma, o trabalho parte de um amplo diagnóstico da seletividade do sistema penal, com enfoque na realidade brasileira e no sistema brasileiro de determinação da pena (capítulos 1 a 3), chegando à defesa da legitimação do sistema penal, buscando-se uma maior igualdade material na aplicação da pena (capítulos 4 e 5). Dessa forma, a pretensão científica do trabalho é aprofundar a abordagem da seletividade no plano jurídico penal e propor uma forma de diminuir o impacto da seletividade no âmbito da teoria da determinação da pena.

CONCLUSÕES

O presente trabalho se estruturou no sentido de identificar a seletividade do sistema penal brasileiro e, sob um contexto de legitimação desse sistema, no âmbito do Estado Democrático de Direito, propor medidas contrasseletivas, com enfoque no momento da aplicação da pena. Do trabalho, é possível listar as seguintes conclusões:

1) É importante uma delimitação clara do conceito de seletividade no âmbito jurídico, para esclarecer em quais situações a seletividade se manifesta e para que se possa ter fundamentação sólida para se contrapor juridicamente em face dela. Para tanto, foi proposto o conceito de seletividade como diferenciação arbitrária, constitucionalmente inadmissível por afronta ao princípio da igualdade.

2) A seletividade constatada nas etapas de criminalização foi confirmada pelo estudo dos dados empíricos da criminalização no Brasil, que comprovam o viés do sistema penal, normalmente voltado à criminalidade majoritariamente praticada por integrantes das classes socialmente mais vulneráveis.

3) Diversos discursos de política criminal, com amplo alcance, tanto no âmbito acadêmico quanto no contexto de políticas públicas, parecem não fornecer instrumental efetivo para diminuir a seletividade do sistema penal. Pelo contrário, as vertentes teóricas do “garantismo penal”, “teoria agnóstica da pena”, “expansão e contenção do direito penal”, “lei e ordem”, “janelas quebradas”, “tolerância zero” e “política criminal atuarial”, em menor ou maior grau, tendem a aumentar a seletividade do sistema penal.

4) No estudo do sistema de penas brasileiro, com enfoque no âmbito da teoria da determinação da pena, destaca-se como a discricionariedade e a subjetividade do julgador nessa seara potencializam a seletividade do sistema penal.

5) É notável a ligação da seletividade no cálculo de pena com os conceitos de direito penal do autor e de periculosidade de imputáveis, ambos herança do positivismo criminológico, que são catalisadores importantes da seletividade do sistema penal.

6) Com vistas a não se restringir à denúncia da seletividade do sistema penal, é necessária a proposta de mecanismos dogmáticos aptos a reduzir a seletividade constatada.

Nesse contexto, é fundamental a proposta de medidas contrasseletivas, determinando-se o seu conceito e funcionamento no âmbito da dogmática jurídica.

7) Essas medidas se inserem no âmbito de (re)legitimação do sistema penal em um sistema democrático, podendo ser definidas como instrumental dogmático e político-criminal, com objetivo de reduzir o impacto da seletividade no âmbito do direito penal e processual penal, por meio da identificação dos catalisadores legais que permitem a seletividade e proposta de interpretação de tais catalisadores de modo a afastar a diferenciação arbitrária da aplicação prática, quando possível tal interpretação; se não for possível tal interpretação juridicamente viável, deve ser sustentada a inconstitucionalidade de tais dispositivos legais catalisadores da seletividade, por afronta ao princípio da igualdade.

8) Sustenta-se como medida contrasseletiva básica aplicável a todas as áreas do direito penal, a maior efetivação possível do direito penal do fato, em detrimento do direito penal do autor.

9) Destacam-se três parâmetros contrasseletivos aplicáveis à teoria da pena em geral, com especial destaque ao cálculo de pena:

a) a pena só pode ser aumentada ou diminuída por razões objetivamente aferíveis, de maneira a diminuir o subjetivismo no cálculo da pena;

b) é necessário limitar e orientar o intérprete para que suas convicções pessoais não deem vazão a vieses juridicamente inaceitáveis; e

c) deve ser afastado do cálculo de pena qualquer juízo de valor baseado na ressocialização.

10) Focando-se no cálculo da pena, verifica-se a essencialidade da propositura de medidas contrasseletivas específicas, tanto no âmbito do montante da pena a ser fixada, com ênfase nas circunstâncias judiciais, quanto no tocante à modalidade de pena a ser fixada, com ênfase na imposição ou não de prisão efetiva (prisão em regime fechado ou semiaberto). Isso se justifica na medida em que deve ser dado destaque aos elementos do cálculo de pena mais sujeitos à abertura interpretativa e, logo, a eventuais diferenciações arbitrárias, configuradoras de seletividade.

11) Com relação à análise do cálculo de pena propriamente dito, as medidas contrasseletivas em espécie podem ser resumidas em oito tópicos:

a) delimitação da culpabilidade no cálculo de pena, com base no ordenamento jurídico brasileiro, fundamentando o teto da pena na medida da culpabilidade em sua acepção constitucional, ou seja, a pena não pode exceder o montante da responsabilidade individual pelo fato praticado pelo indivíduo por motivos preventivos. Ademais, a influência da culpabilidade na graduação da pena deve ser baseada nos elementos graduáveis da culpabilidade na teoria do delito, que possuem referência legal (imputabilidade, consciência potencial de ilicitude e exigibilidade de conduta diversa);

b) afastamento dos vetores “personalidade” e “conduta social” do cálculo da pena, considerados inconstitucionais, por conta do embasamento moralista e atécnico de tais circunstâncias, por elas constituírem clara manifestação do direito penal do autor e pela enorme abertura interpretativa de tais vetores, o que normalmente dá margem a vieses juridicamente inaceitáveis do aplicador da lei, o que configura seletividade;

c) limitação das circunstâncias subjetivas “antecedentes” e “motivos do crime”, com objetivo de afastar inconstitucionalidades e decisionismos no momento da aplicação da pena, mas considerando que tais circunstâncias podem ser úteis para a individualização da sanção se submetidas a restrições e orientações contrasseletivas;

d) valorização das circunstâncias objetivas “circunstâncias” e “consequências do crime”, por serem elas menos sujeitas a decisionismos e por constituírem as mais adequadas à efetivação do direito penal do fato no âmbito do cálculo de pena, constituindo instrumental valioso na efetivação de um cálculo de pena menos seletivo, na medida em que justificam a punição mais gravosa de condutas normalmente praticadas pelas parcelas mais privilegiadas da sociedade, mas sem descambarar para uma perseguição de tais parcelas, pois tais condutas seriam punidas mais gravemente apenas e na medida em que fossem objetivamente mais graves do que aquelas normalmente praticadas pelas camadas mais vulneráveis, o que é o que normalmente ocorre na prática dos crimes sem violência à pessoa;

e) interpretação da circunstância “comportamento da vítima”, afastando de seu conteúdo qualquer juízo de valor moralista;

f) delimitação do montante do aumento e da diminuição nas primeira e segunda fases do cálculo, da maneira mais objetiva possível, evitando-se decionismos aptos a gerar seletividade, mas com abertura suficiente para justificar diferenciações baseadas em aspectos objetivos e constitucionalmente adequados;

g) definição de que a imposição de efetiva privação de liberdade ao condenado deve se basear, prioritariamente, na gravidade social e jurídica da conduta praticada e não nas peculiaridades do agente, sobretudo no caso de crimes de “colarinho branco” e de grandes crimes contra a administração pública; e

h) no caso de autores de crimes patrimoniais de pequena monta, em situação de miserabilidade extrema, deve ser considerada a hipótese de substituição da pena de prisão por restritivas de direitos mesmo nos casos em que a lei não autorize, com base no princípio da proporcionalidade entre o crime e a pena e no princípio da igualdade.

12) Finaliza-se afirmando que a questão da seletividade deve ser levada em consideração por qualquer orientação criminológica, sob pena dela se distanciar do real funcionamento do sistema criminal, e não pode ser ignorada pelo estudioso do direito penal, do contrário esse limitará o seu estudo a um tecnicismo desvinculado da realidade.

Embora existam respostas doutrinárias à seletividade sustentando a deslegitimação ou extrema contenção do sistema penal, no presente trabalho foi oferecida uma proposta diferente para lidar com a seletividade, sob o pressuposto da legitimidade do sistema punitivo inserido em um Estado Democrático de Direito. Essa proposta tem como objetivo equilibrar a necessidade de um sistema penal em nossa sociedade e a busca por uma maior igualdade na incriminação de condutas e na punição de pessoas, sempre respeitando seus direitos individuais.

BIBLIOGRAFIA

ABBGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 6ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ADORNO, Sérgio. *Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se conta no tribunal do júri*. In: Revista USP, nº 21, 1994.

AGNEW, Robert. *Toward a unified criminology: integrating assumptions about crime, people and society*. New York/London: New York University Press, 2011.

AGUIAR FILHO, Oliveiros Guanais de. *Igualdade, sistema penal e criminalidade de poder*. In: SCHIMITT, Ricardo Augusto (org.). *Princípios Penais Constitucionais*. Salvador: JusPodivm, 2007.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. *Aplicação da pena*. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria Advogado, 2013.

AKERS, Ronald L.; SELLERS, CHRISTINE S.; JENNINGS, Wesley G. *Criminological Theories: Introduction, Evaluation, & Application*. 7ª Ed. New York/Oxford: Oxford University Press, 2017.

ALBRECHT, Peter-Alexis. *Criminologia: Uma Fundamentação para o Direito Penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ALCÁCER GUIRAO, Rafael. *Los fines del derecho penal: una aproximación desde la filosofía política*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2004.

ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. New York: The New Press, 2012.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMEIDA, Débora de Souza. *Reincidência Criminal: reflexões dogmáticas e criminológicas*. Curitiba: Juruá, 2012.

ALMEIDA, Fernanda Afonso. *Proteção penal do patrimônio e sonegação fiscal: uma abordagem à luz da teoria crítica*. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, 2012.

ALVIM, Rui Carlos Machado. *Uma Pequena História das Medidas de Segurança*. São Paulo: IBCCRIM, 1997.

AMORIM, Pierre Souto Maior Coutinho de. *Seletividade da norma penal e o uso indevido do Princípio da Insignificância*. In: BASTOS, Marcelo Lessa; AMORIM, Pierre Souto Maior Coutinho de (orgs.) *Tributo a Afrânio Silva Jardim: escritos e estudos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ANJOS, Fernando Vernice dos. *Câmeras em viaturas aumentariam transparência e reduziriam prisões por tráfico*. In: <http://www.conjur.com.br/2017-mar-04/fernando-anjos-cameras-viaturas-reduziriam-prisoos-trafico>, acesso em 09 de janeiro de 2019.

ANJOS, Fernando Vernice. *Execução Penal e Ressocialização*. Curitiba: Juruá, 2018.

ANJOS, Fernando Vernice dos. *Teses Criminais para o Ministério Público*. São Paulo: APMP, 2018.

AQUINO, Maria Paula Meirelles Thomaz de. *O pensamento de Enrico Ferri e sua herança na aplicação do Direito Penal no Brasil contemporâneo*. In: http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=227, consulta em 29 de abril de 2019.

ARAÚJO, Marcelo Cunha de. *Só é preso quem quer: Bastidores do Sistema de Punição Seletiva*. Niterói: Impetus, 2012.

AVALOS RODRÍGUEZ, Constante Carlos. *Breves apuntes sobre la determinación judicial de la pena*. In: AVALOS RODRÍGUEZ, Constante Carlos; QUISPE

VILLANUEVA, Alejandro Emilio (coords.). *Dogmática penal del tercer milenio: libro homenaje a los profesores Eugenio Raúl Zaffaroni y Klaus Tiedemann*. Lima: Ara, 2008.

BACILA, Carlos Roberto. *Criminologia e estigmas: um estudo sobre os preconceitos*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. *Crime Organizado e Proibição de Insuficiência*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BARAK, Gregg. *Crime, Criminology, and Human Rights: Toward an Understanding of State Criminality*. In: BARAK, Gregg (ed.). *Varieties of Criminology: Readings from a dynamic discipline*. Westport: Prager, 1994.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica ao Direito Penal*, 2ªed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BARREIROS, Yvana Savedra de Andrade. *Individualização da pena: um desafio permanente*. Curitiba: Juruá, 2009.

BARRETO, Tobias. *Estudos de Direitos*. Campinas: Bookseller, 2000.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BECKER, Horward. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luzia X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEDÊ JÚNIOR, Américo. *Contra a dosimetria baseada no autor ou no modo de vida: dosimetria da pena pelo fato: Procusto e segurança jurídica*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

BEDÊ JÚNIOR, Américo; SENNA, Gustavo. *Garantismo e (des)lealdade procesual*. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.). *Garantismo Penal Integral*. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2013.

BELESTÁ SEGURA, Luis. *El artículo 66 del nuevo código penal y el arbitrio judicial*. In: *Actualidad Penal*, Madrid, v. 3, n. 35, set. 2002.

BELLO, Enzo. *Perspectivas para o Direito Penal e para um Ministério Público Republicano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BEM, Leonardo Schimitt de. *Antigas teses e novo argumento sobre a reincidência penal*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

BERISTAIN, Antonio. *Derecho Penal, Criminología y Victimologia*. Curitiba: Juruá, 2011.

BERNARDES, Helton Fonseca. *Estratégias Punitivas e Legitimação*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

BIANCHINI, Alice. *A seletividade do controle penal*. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo: RT, nº 30, abril-junho de 2000.

BICUDO, Tatiana Viggiani. *Porque Punir? Teoria Geral da Pena*. São Paulo: Saraiva, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte Geral*. V.1. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BOSCHI, José Antonio Paganella. *Das penas e seus critérios de aplicação*. 7ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

BOSCHI, José Antonio Paganella. *Individualização e aplicação das penas*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

BOTTINO, Thiago; OLIVEIRA, Eduardo. *Seletividade do sistema penal nos crimes contra o mercado de capitais*. In: BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo (Coord.). *Direito penal e economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRAITHWAITE, John; BRAITHWAITE, Valerie; AHMED, Eliza. *Reintegrative Shame*. In: LANIER, Mark M.; HENRY, Stuart (ed.). *The Essential Criminology Reader*. Colorado: Westview, 2006.

BRITO, Alexis Couto de. *Execução Penal*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2011.

BRUNO, Aníbal. *Das penas*. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

BURKE, Anderson. *Os critérios matemáticos de quantificação da pena-base: ausência previsão legal e possível insegurança jurídica*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

BUSATO, Paulo César. *Direito Penal: Parte Geral*. V.1. 3ª ed. São Paulo Gen/Atlas, 2017.

BUSATO, Paulo César. *Fundamentos para um Direito Penal Democrático*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BUSATO, Paulo César (coord.); CARUNCHO, Alexei Choi (org.). *Teoria da Pena: série Direito Penal baseado em casos*. Curitiba: Juruá, 2014.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. *As estatísticas criminais sob um enfoque criminológico crítico*. In: Boletim IBCCRIM. n. 124, v. 11, 2003.

CABRAL, Antonio de Passos. *Nulidades no processo penal: entre garantismo, instrumentalidade e boa fé: a validade prima facie dos atos processuais*. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.). *Garantismo Penal Integral*. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2013.

CALABRICH, Bruno. *Pequenos mitos sobre a investigação criminal no Brasil*. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.). *Garantismo Penal Integral*. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2013.

CALLEGARI, André Luis; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. *Sistema Penal e Política Criminal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

CAMADRO, Jorgelina. *Sobre la "peligrosidad" bajo un ropaje de "culpabilidad" en la determinación de la pena*. In: Anuario de derecho penal 2010-2011. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2012.

CAMARGO, Antonio Luis. *Culpabilidade e Reprovação Penal*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1994.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. *Imputação Objetiva e Direito Penal Brasileiro*. São Paulo: Cultural Paulista, 2002

CAMARGO, Antonio Luis. *Sistema de Penas, Dogmática Jurídico-Penal e Política Criminal*. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós. *Discrecionariade judicial e sistemas de aplicação da pena: reflexões a partir dos modelos de sentencing guidelines norteamericano e inglês*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discrecionariade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós; FRITSCH, Laura. *Justificando e reestruturando o aumento da pena base decorrente do passado criminoso*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discrecionariade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da Política Criminal aprovada de 1989 a 2006*. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

CANOTILHO, José Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARUSO FONTÁN, María Viviana. *El delincuente imputable y peligroso: Cuestiones de Política Criminal*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2014.

CARVALHO, Fernanda Moura de. *A (des)legitimação do sistema penal e a criminalidade grave*. In: Revista da ESMAPE, Recife, v. 12, n. 25, janeiro-junho de 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Salo de. *Critérios para cálculo da pena-base: ponto de partida, termo médio e regras de quantificação*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

CARVALHO, Salo de. *Pena e Garantias*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CARVALHO, Salo de. *Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASTILHO, Ela Wiecko de. *O controle penal nos crimes contra o sistema financeiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CASTRO, Lola Aniyar de. *El proceso de criminalización*. In: Capítulo Criminológico, nº1, 1973.

CERVINI, Raúl. *A cifra negra da criminalidade oculta*. Trad. José Henrique Pierangelli e Maria Alice Andrade Leonardi. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (orgs.). *Doutrinas Essenciais Direito Penal*. V.1. São Paulo: RT, 2011.

CERVINI, Raul. *Macrocriminalidad Económica: Apuntes para uma aproximación metodología*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, nº 11, julho-setembro de 1995.

CHAVES JÚNIOR, Aírto; OLDONI, Fabiano. *Para que(m) serve o Direito Penal? Uma análise da seletividade dos segmentos de controle social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Apontamentos sobre a cultura do sistema penal no momento de sua recodificação*. In: PINHO, Ana Cláudia Bastos de; DELUCHEY, Jean-François; GOMES, Marcus Alan de Melo (Coord.). *Tensões contemporâneas da repressão criminal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CIPRIANI, Mário Luís Lírío. *Direito penal econômico e legitimação da intervenção estatal: algumas linhas para a limitação ou não-intervenção penal no domínio econômico à luz da função da pena e da política criminal*. In: D'ÁVILA, Fábio Roberto; SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (coords.). *Direito penal secundário: estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões*. São Paulo: RT/Coimbra Editora, 2006.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. *O direito e os direitos: elementos para uma crítica do direito contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

COLEMAN, James Willian. *A elite do crime*. 5ª ed. Trad. Denise R. Sales. Barueri: Manole, 2002.

COSTA, Helena Regina Lobo da. *A dignidade Humana: Teorias de prevenção geral positiva*. São Paulo: RT, 2008.

COSTA, José de Faria. *O princípio da igualdade, o direito penal e a constituição*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 21, n. 100, janeiro-fevereiro de 2013.

COSTA, Yasmin Maria Rodrigues Madeira da. *O significado ideológico do sistema punitivo brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

COTTINO, Amedeo; SARZOTTI, Claudio; TIBALDI, Claudio. *Uguaglianza di fronte alla legge penale: una ricerca in pretura*. In: *Dei Delitti e Delle Pene: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale*, Bologna, n. 2, maio de 1994.

CUNHA, Ricarlos Almagro Vitoriano. *Discrecionalidade e método de aplicação da lei penal*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discrecionalidade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

CUSTODERO, Olindo. *Capacità a delinquere e commisurazione della pena: problemi ed orientamenti*. In: *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, v. 41, 1998.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAHRENDORF, Ralf. *Class and Class Conflict in Industrial Society*. London: Routledge & Kegan Paul, 1959.

DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DECOIMAN, Pedro Roberto. *Código Penal Alemão: tradução, comparação e notas*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2014.

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; DELMANTO JÚNIOR, Roberto; DELMANTO, Fábio de Almeida. *Código Penal Comentado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Penal Português: as consequências jurídicas do crime*. T.2. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Sobre o modelo de determinação da medida da pena*. In: *Notáveis do direito penal: livro em homenagem ao emérito Professor Doutor René Ariel Dotti*. Brasília: Consulex, 2006.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

DIETER, Maurício Stegemann, *Política Criminal Atuarial: a criminologia do fim da história*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. *A Política Criminal na Encruzilhada*. Trad. André Luís Callegaria. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

DIMOULIS, Dimitri. *Da “política criminal” à política da igualdade*. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo: RT, nº 29, janeiro-março de 2000.

DOLCINI, Emilio. *La disciplina della commisurazione della pena: spunti per una riforma*. In: Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale, Milano, v. 24, 1981.

ELBERT, Carlos Alberto. *Novo Manual Básico de Criminologia*. Trad. Ney Fayet Júnior. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

EISENSTADTER, Werner; HENRY, Stuart. *Criminological Theory: an analysis of its underlying assumptions*. 2ª ed. Boulder: Rowman & Littlefield, 2006.

FALCÓN Y TELLA, María José; FALCÓN Y TELLA, Fernando. *Fundamento e Finalidade da Sanção*. Trad. Claudia de Miranda Avena. São Paulo: RT, 2008.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.

FEIJOO SÁNCHEZ, Bernardo. *Individualización de la pena y teoria de la pena proporcional al hecho*. In: Indret Revista para el análisis del derecho. Barcelona, nº403, janeiro de 2007 (www.indret.com).

FEIJOO SÁNCHEZ, Bernardo. *Retribución y prevención general: Um estudio sobre la teoría de la pena y las funciones del Derecho Penal*. Montevideu/Buenos Aires: D de F, 2007.

FELDENS, Luciano. *Direitos Fundamentais e Direito Penal: a constituição penal*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

FELDENS, Luciano. *Tutela penal de intereses difusos e crimes do colarinho branco: por uma relegitimação da atuação do Ministério Público*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. *Criminalità e globalizzazione*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, nº 42, janeiro-março de 2003.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão*. Trad. Ana Paula Zomer Sica et. al. 2ª ed. São Paulo: RT, 2006.

FERRARI, Eduardo Reale. *Medidas de Segurança e direito penal no estado democrático de direito*. São Paulo: RT, 2001.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos; NÚÑES PAZ, Miguel Angel; OLIVEIRA, William Terra; BRITO, Alexis de Couto. *Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. São Paulo, RT, 2011.

FERREIRA, Carolina Costa. *Discursos do sistema penal: a seletividade no julgamento dos crimes de furto, roubo e peculato nos Tribunais Regionais Federais do Brasil*. Curitiba: CRV, 2013.

FERREIRA, Gilberto. *Aplicação da pena*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FERREIRA, Lúcio Alberto Enéas da Silva. *A punição dos pobres no Brasil*. In: Borges, Paulo César Corrêa (coord.). *O Princípio da igualdade na perspectiva penal: temas atuais*. São Paulo: Unesp, 2007.

FERRI, Enrico. *Princípios de Direito Criminal: o criminoso e o crime*. Trad. Luiz de Lemos D'Oliveira Campinas: Russel, 2009.

FIGUEIREDO, Guilherme Gouvêa de. *Crimes de colarinho branco, seletividade sistêmica e modelo sancionatório à luz da análise econômica do direito penal*. In: Revista de Estudos Criminais, Porto Alegre, v. 12, n. 52, janeiro-março de 2014.

FISCHER, Douglas. *Delinquência Econômica e Estado Social e Democrático de Direito*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2006.

FISCHER, Douglas. *Em busca das penas perdidas: o caos decorrente de um sistema anacrônico de “precedentes-ementas”*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

FISCHER, Douglas. *O que é garantismo penal (integral)*. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.). *Garantismo Penal Integral*. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2013.

FORTI, Gabrio. *Tra criminologia e diritto penale: brevi note su cifre nere e funzione general preventiva della pena*. In: *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, v. 25, 1982.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Ciência e Experiência do Direito Penal*. Apêndice da obra *Lições de Direito Penal: Parte Geral*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal: Parte Geral*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FRANCO, Alberto Silva. *Crimes Hediondos*. 6ª ed. São Paulo: RT, 2007.

FRANCO, José Henrique Kaster. *Funções da pena e individualização*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FREITAS, Vladimir Passos de. *Brasil avança no Ranking de piores sistemas de Justiça do mundo*. In: <https://www.conjur.com.br/2015-jun-14/segunda-leitura-brasil-avanca-ranking-piores-sistemas-justica-mundo>, consulta em 05/07/17.

GALVÃO, Fernando. *Aplicação da pena*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

GARCIA, Basileu. *Instituições de Direito Penal*. V. I. T.II. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia*. 5ª ed. São Paulo: RT, 2006.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Tratado de Criminología*. 5ª ed. Valencia: Tirant lo Blach, 2014.

GARCÍAS PLANAS, Gabriel. *Aspectos de la medición de la pena*. In: *Cuadernos de política criminal*, Madrid, n. 33, 1987.

GIBBONS, Don C. *Talking about crime and criminals: Problems and issues in theory development in criminology*. New Jersey: Prentice Hall, 1994.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª ed. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GOMES, Luiz Flávio. *Sobre a impunidade da macro-delinquência econômica desde a perspectiva criminológica da teoria da aprendizagem*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, nº 11, julho-setembro de 1995.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *Direito Penal e Interpretação Jurisprudencial*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *Legítima defesa da honra*. In: REALE JÚNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína (coords.). *Mulher e Direito Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *O Princípio da Proporcionalidade no Direito Penal*. São Paulo: RT, 2003.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *Periculosidade no direito penal contemporâneo*. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugênio. *Direito penal contemporâneo: questões controvertidas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. *Mandados expressos de criminalização e a proteção de direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

GRACIA MARTIN, Luis. *Prolegômenos para a luta pela modernização do direito penal e para a crítica do discurso de resistência*. Trad. Érica Mendes de Carvalho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 18ª ed. Niterói: Impetus, 2016.

GRECO, Rogério. *Direito Penal do Equilíbrio*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

GROSNER, Marina Quezado. *A seletividade do sistema penal na jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça: o trancamento da criminalização secundária por decisões em habeas corpus*. São Paulo: IBCCRIM, 2008.

GUILHERME, Lázaro Gonçalves Samuel. *Coculpabilidade penal: uma questão social*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

HAFFKE, Bernhard. *Reincidencia y medición de la pena*. In: SCHÜNEMANN, Bernd; SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. *El sistema moderno del derecho penal: cuestiones fundamentales; estudios en honor de Claus Roxin en su 50º aniversario*. 2ª ed. Buenos Aires: B. de F., 2012.

HASSEMER, Winfried. *Introdução aos Fundamentos do Direito Penal*. Trad. Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

HASSEMER, Winfried. *Linhas gerais de uma teoria pessoal do bem jurídico*. Trad. Fernanda Lara Tórtima. In: GRECO, Luís; TÓRTIMA, Fernanda Lara (orgs.). *O bem jurídico como limitação do poder estatal de incriminar?*. 2ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HASSEMER, Winfried; MUÑOS CONDE, Francisco. *Introdução à Criminologia*. Trad. Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HASSEMER, Winfried; MUÑOS CONDE, Francisco. *La responsabilidad por el producto en el derecho penal*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1995.

HASSEMER, Winfried; NAUCKE, Wolfgang; LÜDERSEN, Klaus. *Principais Problemas de la Prevención General*. Trad. Gustavo Eduardo Aboso e Tea Löw. Buenos Aires/Montevidéu, B de F, 2004.

HEFENDEHL, Roland. *Uma teoria social do bem jurídico*. Trad. Luís Greco. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, nº 87, novembro-dezembro de 2010.

HELZEL, Hans. *O novo sistema jurídico-penal: uma introdução à doutrina da ação finalista*. Trad. Luiz Régis Prado. São Paulo: RT, 2001.

HESSE, Konrad. *Temas Fundamentais do Direito Constitucional*. Trad. Inocêncio Mártires Coelho et. al. São Paulo: Saraiva, 2009.

HIRSCH, Andrew von. *Censurar y castigar*. Trad. Elena Laurrari. Madrid: Trotta, 1998.

HÖRNLE, Tatjana. *La concepción anticuada de la culpabilidad en la jurisprudencia y doctrina tradicionales de la medición de la pena*. In: Anuario de derecho penal y ciencias penales, Madrid, v. 54, jan./dez. 2001.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernart de. *Penas Perdidas: O Sistema Penal em Questão*. Trad. Maria Lúcia Karam. Niterói: Luam, 1993.

HUNGRIA, Nelson. *Métodos e critérios para avaliação da cessação de periculosidade*. Apêndice de *Comentários ao Código Penal*. V.III. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

HUSAK, Douglas. *Sobrecriminalización: Los limites del Derecho penal*. Trad. Rocío Lorca Ferreccio. Madri: Marcial Pons, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. *Finalidades da Pena*. Barueri: Manole, 2004.

KARAM, Maria Lúcia. *De Crimes, penas e fantasias*. 2ª ed. Niterói: Luam, 1993.

KARAM, Maria Lúcia. *A esquerda punitiva*. In: <http://emporiododireito.com.br/backup/a-esquerda-punitiva-por-maria-lucia-karam/> acesso em 18/04/2018.

KREMPEL, Luciana Rodrigues. *O crime de colarinho branco: aplicação e eficácia da pena privativa de liberdade*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, nº 54, maio-junho de 2005.

LAMARRE, Flavia A. *Determinación de la pena*. In: Revista de derecho penal y procesal penal, Buenos Aires, n. 9, set. 2010.

LANA, Cícero. *Tolerância zero: verdades e mentiras de uma política criminal*. In: GRECO, Alessandra Orcesi Pedro (org.). *Direito Penal Avançado: Homenagem ao Professor Dirceu de Mello*. Curitiba: Juruá, 2015.

LANIER, Mark M.; HENRY, Stuart; ANASTASIA, Desiré J. M. *Essential Criminology*. 4ª ed. Colorado: Westview, 2015.

LAURRARI, Elena. *Criminología Crítica: abolicismo y garantismo*. In: ADPCP, v.50, 1997.

LEA, John; Young, Jock. *¿Que hacer con La ley y el orden?* Trad. Martha B. Gil e Mariano A. Ciafardini. Buenos Aires: Editores Del Puerto, 2001.

LILLY, Robert; CULLEN, Francis; BALL, Richard. *Criminological Theory: Context and Consequences*. 6ªed. Los Angeles: SAGE, 2015.

LYRA, Roberto. *Comentários ao Código Penal*. V.II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *Direitos Humanos e Tratamento Igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.15, nº42, fevereiro de 2000.

LUIZI, Luiz. *Os princípios constitucionais penais*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1991.

MACHADO, Fábio Guedes de Paula. *Culpabilidade no Direito Penal*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Os Juízes de Direito e os caminhos da periculosidade no direito penal brasileiro: comentários ao relatório de pesquisa “Decisões judiciais nos crimes de roubo em São Paulo: a lei, o direito e a ideologia”*. São Paulo: IBCCrim / IDDD, 2005.

MAGARIÑOS, Mario. *La individualización de la pena: entre a culpabilidad y la periculosidad?*. In: Anuario de derecho penal 2010-2011. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2012.

MARINHO JÚNIOR, Inezil Penna. *Entre o utilitarismo reformado e o agnosticismo penal: uma crítica aos modelos de justificação da pena de prisão*. In: Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias, n.1, v.4, 2005.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. *Fundamentos da Pena*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTINI, Márcia. *A seletividade punitiva como instrumento de controle das classes perigosas*. In: MPMG Jurídico: Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 3, n. 11, outubro-dezembro de 2007.

MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MASSON, Cléber. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Método, 2013.

MASSUD, Leonardo. *Da pena e sua fixação: finalidades, circunstâncias judiciais e apontamentos para o fim do mínimo legal*. São Paulo: DPJ, 2009.

MATTOS, Diogo Castor de. *O amigo do direito penal: por que nosso sistema favorece a impunidade dos criminosos de colarinho branco*. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2018.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do Direito*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MAZZILLI NETO, Ranieri. *Os Caminhos do Sistema Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MELLIM FILHO, Oscar. *Criminalização e Seleção no Sistema Jurídico Penal*. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

MELO, João Ozório de. *Licença para matar: Leis com efeitos indesejáveis preocupam americanos*. In: <https://www.conjur.com.br/2012-mai-28/leis-efeitos-colaterais-indesejaveis-preocupam-americanos>, consulta em 05/07/2018.

MELO, João Ozório de. *Lobby das armas: Lei que expandiu legítima defesa resultou em mais homicídios na Flórida*. In: <https://www.conjur.com.br/2016-nov-16/lei-expandiu-legitima-gerou-homicidios-florida>, consulta em 05/07/2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MENDES, Regina Lúcia Teixeira. *Igualdade à brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil*. In: Revista de Estudos Criminais, Porto Alegre, v. 4, n. 13, 2004.

MENDONÇA, Andrey Borges de. *A reforma do Código de Processo Penal, sob a ótica do garantismo integral*. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.). *Garantismo Penal Integral*. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2013.

MERTON, Robert K.. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. Trad. Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal: Parte Geral*. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2015.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. *Direito Penal Racional*. Curitiba: Juruá, 2016.

MOTTA, André de Guasti. *Concurso de agravantes e atenuantes: uma análise sobre a preponderância à luz da jurisprudência do STJ*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Punir os pobres: óbvio ululante! Ou não? Sociologia crítica da "onda punitiva"*. In: BATISTA, Vera Malaguti de Souza Weglinski (Org.); LAMARÃO, Sérgio (Trad.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

NEPOMOCENO, Alessandro. *Além da Lei: A face oculta da sentença penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Individualização da pena*. 7ªed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2015.

OSNA, Gustavo. *Three strikes and you are out - Encarceramento, seletividade e exclusão à luz da sistemática californiana*. Monografia de fim de curso: Universidade Federal do

- Paraná, 2009. In: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47541/m1138%20pronto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, consulta em 09/07/2017.
- PAGLIARO, Antonio. *Commisurazione della pena e prevenzione generale*. In: Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale, Milano, v. 24, 1981.
- PASCHOAL, Luana. *O juiz e a aplicação da pena: análise doutrinária, jurisprudencial e deontológica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- PASELLA, Roberto. *Discrezionalità del giudice ed incidenza frazionaria delle circostanze sulla pena base*. In: Archivio Penale, Roma, v. 31, 1/12, jan./dez. 1975.
- PASSETI, Edson (coord.); KARAM, Maria Lúcia; OLIVEIRA, Salete de; RODRIGUES, Thiago; BATISTA, Vera Malaguti; BATISTA, Nilo. *Curso Livre de Abolicionismo Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- PASTANA, Débora Regina. *Estado punitivo brasileiro na perspectiva da criminologia crítica*. In: BORGES, Paulo César Corrêa (Org.). *Leituras de um realismo jurídico-penal marginal: homenagem a Alessandro Baratta*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- PELELLA, Eduardo. *Sobre a prescrição nos crimes tributários: a actio nata e a prejudicial administrativa*. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.). *Garantismo Penal Integral*. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2013.
- PERALTA, José Milton. *Dogmática del hecho punible, principio de igualdad y justificación de segmentos de pena*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, nº 82, janeiro-fevereiro de 2010.
- PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: Evolução histórica*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2004.
- PINHEIRO, Érica Botrel Teixeira. *O problema da efetividade do direito penal: a subcidadania*. In: Cidadania e Justiça: revista do curso de direito de Ituiutaba, Ituiutaba, v. 7, n. 14, julho-dezembro de 2004.

PINHO, Ana Cláudia Bastos de. *Para Além do Garantismo: Uma proposta hermenêutica de controle da decisão Penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

PINHO, Ana Cláudia; COPETTI NETO, Alfredo. *Garantismo Integral: a “teoria” que só existe no Brasil*. In: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/07/19/garantismo-integral-teoria-que-so-existe-no-brasil/>, consulta em 04/07/2018.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PINKER, Steven. *Os anjos bons da nossa natureza: porque a violência diminuiu*. Trad. Bernardo Joffily e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. V.1. 3ª ed. São Paulo: RT, 2002.

QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal: Parte Geral*. V.1. 13ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

QUEIROZ, Paulo de Souza. *Funções do Direito Penal*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2005.

QUINTAS, Jorge; FIRMIANO, José Diego Rocha. *Discrecionalidade judicial em matéria de drogas numa perspectiva comparada entre Brasil e Portugal: a diferenciação do consumo e do tráfico de drogas*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discrecionalidade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

QUINTERO OLIVARES, Gonzalo. *Política criminal y determinación de la pena*. In: *Doctrina Penal: teoría y práctica en las ciencias penales*, Buenos Aires, v. 1, 1/4, 1978.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. *Mandados de criminalização no direito internacional dos direitos humanos: novos paradigmas da proteção das vítimas de violações de direitos humanos*. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo: RT, nº 62, setembro-outubro de 2006.

REALE JÚNIOR, Miguel. *Insegurança e tolerância zero*. In: Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.10, n.119 Esp., p. 9-11, out. 2002.

REALE JÚNIOR, Miguel. *Instituições de Direito Penal: Parte Geral*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

REALE JÚNIOR, Miguel; DOTTI, René Ariel; ANDREUCCI, Ricardo Antunes; PITOMBO, Sérgio de Moraes. *Penas e Medidas de Segurança no Novo Código*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

REDONDO ILLESCAS, Santiago; GARRIDO GENOVÉS, Vicente. *Principios de Criminología*. 4ª ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2013.

REIMAN, Jeffrey; LEIGHTON, Paul. *The rich get richer and the poor get prison*. 11ª ed. New York/London: Routledge, 2017.

RIGHI, Esteban. *Culpabilidad y peligrosidad como fundamentos de la pena*. In: Anuario de derecho penal 2010-2011. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2012.

RIVACOBÁ Y RIVACOBÁ, Manuel de. *Cuantificación de la pena y discrecionalidad judicial: en homenaje a la figura y el ejemplo de Adela Reta Sosa-Días y en testimonio de una antigua y noble amistad*. In: Revista de derecho penal y criminología: Espanha, Madrid, n. 3, 1993.

RIVERA BEIRAS, Iñaki. *Pena Criminal: seus caminhos e suas possíveis formas*. Trad. Denise Hammerschmidt. Curitiba: Juruá, 2012.

ROBERTI, Maura. *A intervenção mínima como princípio no direito penal brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001.

ROBERTS, Julian V. *Reducing the use of custody as a sanction: a review of recente international experiences*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

ROBERTS, Julian V. *Structured sentencing: lessons from the experience in England and Wales*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.).

Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade. Salvador: Juspodivm, 2017.

RODRIGUES, Anabela Miranda. *A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade.* São Paulo: IBCCRIM, 2000.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Aplicação da pena: limites, princípios e novos parâmetros.* 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROLIM, Marcos. *Prisão e ideologia: Limites e Possibilidades para a reforma prisional no Brasil.* In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ROSSETO, Enio Luiz. *Teoria e aplicação da pena.* São Paulo: Atlas, 2014.

ROXIN, Claus. *Derecho Penal: parte general.* 2ª ed. Diego Manuel Luzon Peña *et. al.* Madrid: Civitas, 2014.

ROXIN, Claus. *Prevención y determinación de la pena.* Trad. Francisco Muños Conde. In: *Doctrina Penal*, nº9-12, 1980.

SALGADO, Daniel de Resende. *A elite do crime: discurso de resistência e laxismo penal.* In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.). *Garantismo Penal Integral.* 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2013.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Direito Penal e Propriedade Privada: A Racionalidade do Sistema Penal na Tutela do Patrimônio.* São Paulo: Atlas, 2014.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Finalidades da Pena: Conceito Material de Delito e Sistema Penal Integral.* São Paulo: Quartier Latin, 2008.

SANTORO, Luciano de Freitas. *Three strikes law.* In: GRECO, Alessandra Orcesi Pedro (org.). *Direito Penal Avançado: Homenagem ao Professor Dirceu de Mello.* Curitiba: Juruá, 2015.

SANTOS, Cláudia Cruz. *O crime de colarinho branco, a (des)igualdade e o problema dos modelos de controle*. In: PODVAL, Roberto (Org.). *Temas de direito penal econômico*. São Paulo: RT, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *O saber do crime, a noção de violência e a seletividade penal*. In: Delito y Sociedad. Revista de Ciencias Sociales, v. 9, n. 14.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia Radical*. 3ª ed. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2008.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal: Parte Geral*. 8ª ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

SANTOS JÚNIOR, João Bosco Leite dos. *Crêterios jurôdico-normativos na determinação da pena - análise dos discursos em torno da finalidade da punição*. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Constituição e proporcionalidade: o direito penal e os direitos fundamentais entre proibição de excesso e de insuficiência*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, nº 47, março-abril de 2004.

SCHÜNEMANN, Bernd. *Del derecho penal de La clase baja al derecho penal de la clase alta: um cambio de paradigma como exigência moral*. Trad. Lourdes Baza. In: SCHÜNEMANN, Bernd. *Temas actuales y permanentes del derecho pernal después del milenio*. Madri: Tecnos, 2002.

SCHWENDINGER, Herman; SCHWENDINGER, Julia. *Defensores da ordem ou guardiões dos direitos humanos?* In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paulo; YOUNG, Jock (org.). *Criminologia Crítica*. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

SERRANO MAÍLLO, Alfonso; PRADO, Luiz Regis. *Curso de Criminologia*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2013.

SÉVERIN, Carlos Versele. *A cifra dourada da delinquência*. In: Revista de Direito Penal, Rio de Janeiro, n. 27, janeiro/junho de 1979.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *A lei e o outro*. In: Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.8, n.99, p. Encarte AIDP, fev. 2001.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: RT, 2004.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Tolerância zero*. In: Revista internacional de direito e cidadania, Erechim, v. 2, n. 5, out. 2009.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JÚNIOR, Alceu. *Teoria da Pena*. São Paulo: RT, 2002.

SILVA, João Bernardo. *Mecanismos de proteção aos criminosos do “colarinho branco”*. In: BORGES, Paulo César Corrêa (coord.). *O Princípio da igualdade na perspectiva penal: temas atuais*. São Paulo: Unesp, 2007.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA SANCHES, Jesus Maria. *A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. Trad. Luiz Otavio de Oliveira Rocha. São Paulo: RT, 2002.

SILVA SANCHES, Jesus Maria. *Eficiência e Direito Penal*. Trad. Maurício Antonio Ribeiro Lopes. Barueri: Manole, 2004.

SILVA SANCHES, Jesus Maria. *En busca del Derecho penal*. Montevideo / Buenos Aires: B de f, 2015.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Direito Penal Supra-individual*. São Paulo: RT, 2003.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *La teoría de la determinación de la pena como sistema (dogmático): um primer esbozo*. In: InDret Revista para el análisis del derecho. Barcelona, abril de 2007 (www.indret.com).

SINHORETO, Jaqueline. *Seletividade penal e acesso à justiça*. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). *Crime Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

SOARES, Fabrício Antonio. *Critérios para a fixação da pena-base e da pena provisória*. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 920, 9 jan. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7762>, consulta em 07 de junho de 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOUZA, Luciano Anderson de. *Comentários aos artigos 59 ao 82*. In: REALE JÚNIOR, Miguel (coord.) *Código Penal Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2017.

STOCO, Tatiana de Oliveira. *Personalidade do agente na fixação da pena*. São Paulo: RT, 2014.

STRECK, Lênio Luiz. *Constituição, bem jurídico e controle social: a criminalização da pobreza ou de como “la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos”*. In: Revista de Estudos Criminais, n.31, v.8, 2008.

STRECK, Lênio Luiz; FELDENS, Luciano. *Crime e Constituição: A legitimidade da função investigatória do Ministério Público*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

STRECK, Lênio Luiz. *Entre Hobbes e Rousseau - a dupla face do princípio da proporcionalidade e o cabimento de mandado de segurança em matéria criminal*. In: STRECK, Lênio Luiz (org.). *Direito Penal em tempos de crise*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

STRECK, Lênio Luiz. *Bem jurídico no estado democrático de direito: “todavía la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos?”*. In: GRECO, Rogério (coord.). *Comentários ao projeto de novo código penal (PLS 236/2012)*. V.1. Niterói: Impetus, 2013.

SUTHERLAND, Edwin H. *Crime de colarinho branco: Versão sem cortes*. Trad. Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

SUTHERLAND, Edwin H. *Principles of criminology*. 4ªed. Filadélfia: Lippincott, 1947.

SZAFIR, Alexandra. *O direito penal dos ricos*. In: Boletim IBCCRIM. n. 54, maio de 1997.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Culpabilidade*. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TAVARES, Juarez. Culpabilidade e individualização da pena. In: NASCIMENTO, André; BATISTA, Nilo. *Cem anos de reprovação: uma contribuição transdisciplinar para a crise da culpabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

TASSE, Adel el. *Teoria da Pena. Pena Privativa de liberdade e medidas complementares: um estudo crítico à luz do Estado Democrático de Direito*. Curitiba: Juruá, 2010.

TEIXEIRA, Adriano. *Aplicação da pena, dogmática penal e teoria do delito: o exemplo da relevância das consequências extratípicas do delito na aplicação da pena*. In: BEDÊ JÚNIOR, Américo; CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós (coords.). *Sentença criminal e aplicação da pena: ensaios sobre discricionariedade, individualização e proporcionalidade*. Salvador: Juspodivm, 2017.

TEIXEIRA, Adriano. *Teoria da Aplicação da pena: Fundamentos de uma determinação judicial da pena proporcional ao fato*. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

TEIXEIRA, Gabriel Haddad. *A seletividade do sistema penal: uma visão sobre o Tribunal Penal Internacional*. In: Boletim IBCCRIM, São Paulo, v. 19, n. 225, agosto de 2011.

THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos?*. 2ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

TURK, Austin. *Conflict and Radical Theories*. In: LANIER, Mark M.; HENRY, Stuart (ed.). *The Essential Criminology Reader*. Colorado: Westview, 2006.

TURK, Austin. *Criminality and Legal Order*. 3ªed. Chicago: RandMcNally, 1972.

VARGAS, Joana Domingues. *Fluxo do sistema de justiça criminal*. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). *Crime Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

VERAS, Ryanna Palas. *Nova Criminologia e os Crimes do Colarinho Branco*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VERAS, Ryanna Palas. *Política criminal e criminologia humanista*. Tese de Doutorado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

VILADÀS JENÉ, Carles. *A delinquência Econômica*. In: BERGALLI, Roberto; BUSTO RAMÍREZ, Juan (orgs.). *O Pensamento Criminológico II: Estado e controle*. Trad. Roberta Duboc Pedrinha e Sergio Chastinet Duarte Guimarães. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VOLD, Georg B.; BERNARD, Thomas J.; SNIPES, Jeffrey B. *Theoretical Criminology*. 5ª ed. New York: Oxford University Press, 2002.

WACQUANT, Loïc, *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. 3ª ed. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, Loïc. *Sobre a “janela quebrada” e alguns outros contos sobre a segurança vindos da América*. Trad. Celso Eduardo Faria Coracini. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: RT, nº 46, janeiro-fevereiro de 2004.

WALSH, Anthony; ELLIS, Lee. *Criminology: A global perspective*. Boston: Allyn and Bacon, 2000.

WILSON, James Q. *Talking about crime*. Basic Books: New York, 2013.

WILSON, James Q; KELLING, George L. *Broken Windows: The police and neighborhood safety*. In: https://www.manhattan-institute.org/pdf/_atlantic_monthly-broken_windows.pdf, consulta em 09/07/2018.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

YOUNG, Jock; LEA, John. *Que hacer com la ley e el orden?* Trad. Martha B. Gil y Mariano A. Ciafardini. Editores Del Puertto: Buenos Aires, 2001.

ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZACCONE, Orlando. *Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas*. In: Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade, n. 14, anual. 2004.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Trad. Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. V.1. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. V.2. T.2. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 5ª ed. São Paulo: RT, 2004.